

FRY, Peter. 2005. *A Persistência da Raça. Ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 348 pp.

Elielma Ayres Machado O processo de “racialização”, em curso nas mais diversas sociedades contemporâneas, tornou-se mais efetivo no Brasil nos últimos anos. Este é o mote do último trabalho de Peter Fry, *A Persistência da Raça*.
PUC- RJ

Encontra-se no livro uma análise de processos históricos de diferentes realidades sociais e conceitos analíticos cuja abrangência é demonstrada já na sua introdução, perceptivelmente perpassada por um aspecto que se mantém constante nos ensaios de Fry: sua própria subjetividade de antropólogo e branco anti-racista e anti-racialista, temeroso com os rumos do racismo e das desigualdades raciais na sociedade brasileira.

Por conseguinte, a introdução pode ser considerada um ensaio à parte, pois, além de apresentar os diversos capítulos que compõem a obra, contém uma narrativa sobre a trajetória pessoal e profissional do autor, cotejada com argumentos que não estão presentes nas demais partes. Nessa perspectiva, o autor analisa a denúncia feita por grupos de movimento negro, intelectuais e acadêmicos de que o racismo no Brasil tem sido dissimulado pelo mito da democracia racial, o que impediria a formação de um movimento negro de massa. Em contrapartida a tais argumentações, Fry optou por “pensá-la [a democracia racial] como um ideal a ser alcançado, um mito no sentido antropológico do termo: uma maneira específica de pensar um arranjo social em que a ancestralidade ou a aparência do indivíduo *deveriam* ser irrelevantes para a distribuição dos direitos civis e dos bens públicos” (:17). É a partir dessa proposta que se faz inteligível o balanço teórico, realizado pelo autor, das chamadas relações raciais tanto na Antropologia como na Sociologia.

O livro se subdivide em duas partes: a primeira contempla o período de estada do autor em diferentes países da África; a segunda parte aborda o período posterior à sua chegada ao Brasil, na década de 1970.

Os ensaios que compõem os primeiros capítulos suscitam importantes questões sobre a “assimilação” e a “segregação” e como os distintos “dogmas” de duas grandes potências coloniais – Portugal e Grã-Bretanha – marcaram a situação pós-colonial contemporânea “(...) não apenas em Moçambique e no Zimbábue, mas

no mundo moderno como um todo, na medida em que aumentam as tensões entre a celebração das diferenças 'étnicas' e a universalidade da experiência humana" (:47).

Assim sendo, são descritos no capítulo 1 os processos coloniais britânico e português e a forma como esses sistemas originaram identidades coloniais distintas. Constata-se, por exemplo, que o colonialismo português atuou através da aplicação de uma política de assimilação étnica e lingüística baseada na tentativa de conversão ao cristianismo. Em Moçambique, após a independência, o intento da assimilação foi substituído pela ideologia "marxista-leninista", de modo a transformar os moçambicanos em "Homens Novos socialistas". Neste ponto se explicita como as tensões entre "dogmas universalistas" e "particularistas" ainda se manifestam nesse país.

A demarcação das fronteiras nacionais da antiga Rodésia, o segregacionismo como instrumento político do colonialismo britânico e as "mudanças" após a independência do atual Zimbábue são descritos e analisados no capítulo 2. No terceiro e último capítulo da primeira parte do livro o autor desvenda, a partir da análise de representações religiosas de uma província de Moçambique, a existência, aparentemente contraditória, no Moçambique atual, de "pensamentos racializados" entre brancos e negros, apesar da presença de "ideologias anti-racistas" veiculadas tanto pelo estado colonial quanto pelo pós-colonial.

A segunda parte reúne outros oito ensaios e seu primeiro capítulo (o quarto do livro) – "Feijoada e *Soul Food*, 25 anos depois" – é uma versão ampliada do artigo "Feijoada e *Soul Food*", que foi apresentado – e editado – em 1976, na XXVIII Reunião Anual da SBPC, em Brasília. A partir desse momento, o ensaio se tornou – e continua a ser – uma importante referência na interpretação de símbolos étnicos e nacionais, nas Ciências Sociais e, mais especificamente, na Antropologia Cultural. O alcance desse artigo é ressaltado pelo próprio autor nesta última versão, quando evidencia que o mesmo foi lido por especialistas, por estudantes de Ciências Sociais e de outros cursos do ensino superior e por ativistas do chamado movimento negro organizado.

Nos três capítulos subseqüentes, tem-se acesso a interessantes abordagens sobre as implicações metodológicas relativas ao uso de categorias nativas e categorias analíticas na compreensão das relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos. Também nesse grupo de ensaios, Fry destaca como a linguagem analítica e uma abordagem demasiadamente teórica comprometem a conceituação acerca de especificidades das relações raciais em diferentes realidades sociais. Mais especificamente no quinto capítulo, vale ressaltar o estudo sobre como o analista deve se ater aos significados distintos que o termo "raça" adquire frente à complexidade e à singularidade de cada contexto específico, e a argumentação sobre os perigos da linguagem comparativa entre os sistemas de classificação de cor bipolar – Estados Unidos – e múltiplo – Brasil.

No capítulo 6, Peter Fry responde ao cientista político norte-americano Michael Hanchard sobre a interpretação da agressão sofrida pela filha de ex-governador negro do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, e as implicações de tal agressão no contexto da "política racial brasileira". O debate sobre o "caso Ana Flavia" contempla argumentações distintas e réplicas referentes aos dois autores.

Já o sétimo capítulo é uma versão de um ensaio originalmente escrito em inglês e publicado em uma revista norte-americana dedicada ao Brasil, que aborda as implicações de um polêmico artigo de Pierre Bourdieu e Lóïc Wacquant (1998). Nesse artigo, os referidos autores identificam que os estudos sobre as relações raciais no Brasil apoiar-se-iam em um "modelo" imposto pelos Estados Unidos aos meios acadêmicos brasileiros. Já Fry destaca,

ao contrário, que as interpretações sobre a história da “questão racial” no Brasil não são passíveis de uma *única* interpretação – o que os autores denominaram “imperialismo cultural”. Partindo de uma análise social que enfatiza a complexidade, Fry demonstra como a subjetividade do analista e sua inserção política e ideológica são aspectos constitutivos das interpretações sobre as relações raciais. Dessa forma torna-se importante asseverar como não há consenso nas interpretações sobre a temática racial e tampouco nas ações desenvolvidas pelos diferentes movimentos negros e grupos sociais.

Os quatro capítulos finais apresentam a análise de diferentes situações nas quais se evidenciam as implicações da adoção de campanhas publicitárias, programas oficiais e leis de cotas ou outras políticas afirmativas para promover o acesso dos negros à universidade pública brasileira. A adoção de tais programas e leis indica o reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, de que tanto o racismo quanto a marginalização econômica e social de “negros” existem, de fato, no Brasil.

Seguindo a referência antropológica anti-racista e anti-racialista difundida a partir de Franz Boas, Fry destaca, no capítulo 8, como a publicidade, ao difundir produtos de beleza para os “negros” através de modelos “negros” – com diferentes fenótipos – promove a visualização de outras formas corporais (aparências) não necessariamente “brancas”. Comenta, assim, como o atual crescimento do interesse pela “beleza negra”, que promove cosméticos para os “negros” – ou para as “negras” – e o seu consumo, indica uma mudança em relação às representações positivas de “aparências” de indivíduos identificados como “negros”. O autor avalia que a mudança e a ampliação de tais representações positivas poderiam, caso promovam a desvinculação de “aparência” e “competência”, com o tempo, diminuir o racismo no Brasil.

O ponto relativo à utilização da “anemia falciforme” como vigoroso argumento para a criação de uma agenda oficial sobre a qualificação racial de uma doença é abordado no capítulo 9. Nele, Fry argumenta, com grande habilidade analítica, as ambigüidades discursivas presentes no material elaborado pelo Ministério da Saúde, em colaboração com os grupos do Movimento Negro, nessa qualificação.

O capítulo 10 foi escrito em parceria com Yvonne Maggie. Ambos os antropólogos contrapõem um conjunto de artigos de dois articulistas que assinam as colunas de um jornal de grande circulação às cartas enviadas pelos leitores do mesmo jornal e nele publicadas. Através desse procedimento, os autores identificam a existência de um descompasso entre o que foi escrito pelos articulistas e o que foi escrito pelos leitores. Enquanto os articulistas admitiam a importância – e até defendiam – as “leis de cotas para negros e pardos”, os leitores apresentavam opiniões, na maioria das vezes, distintas. Chega-se pois à conclusão que, nos últimos anos, a defesa de leis de cotas para negros tem sido o mote consensual em torno do qual se concentram ativistas, especialistas e técnicos do governo; ainda assim, tal perspectiva não é compartilhada pelos “nativos” que se manifestaram espontaneamente através dessas cartas.

Por fim, no último capítulo, o autor revela um importante achado: como o termo “carente” tornou-se condição *sine qua non* ao acesso às vagas reservadas para egressos de escolas públicas e às cotas para negros no concurso vestibular das universidades estaduais, chamando a atenção para o estabelecimento do “negro como figura jurídica”, o que alterou substantivamente o formalismo jurídico brasileiro que teve, por muito tempo, o universalismo como pressuposto principal.

Nas “Palavras Finais” emerge toda a densidade analítica de Fry, que se encontra diluída nos onze ensaios. Ao reafirmar a existência do racismo, o autor destaca a configuração específica das relações raciais na sociedade brasileira e suscita questões sobre quais seriam as medidas mais adequadas para superação das desigualdades raciais e do próprio racismo. Questiona, também, as consequências que as divisões racialistas (leia-se: leis e programa específicos para negros) podem gerar para o presente e para o futuro das relações raciais no Brasil. Na sua concepção, quando o Estado “racializa”, torna-se mais difícil eliminar as divisões entre as “raças”, pois essas divisões podem produzir um Brasil cindido em “raças” e “grupos étnicos” fixos, o que contraria os valores arraigados da “democracia” e da “democracia racial”. O autor não aponta soluções de curto prazo para essas questões. No entanto, como uma alternativa de combate ao racismo e às desigualdades raciais, sugere que a promoção de medidas específicas destinadas a lugares mais pobres e a divulgação da universalidade da espécie humana seriam estratégias mais plausíveis para redução das desigualdades raciais e do racismo, a longo prazo.

Sobre os aspectos mais gerais, faz-se necessário mencionar a admirável elaboração textual: apesar da complexidade temática e conceitual, a escolha pela forma ensaística garante a fluidez da leitura. A escrita é clara, de modo que o leitor não especializado no tema não encontrará dificuldade na compreensão dos ensaios. Mas, a título de informação, apenas algumas correções devem ser feitas: o ex-deputado José Amorim, autor da lei de cotas para negros e pardos nas universidades fluminenses, pertencia à bancada do Partido Progressista (PP), antigo Partido Progressista Brasileiro (PPB) e não ao Partido Popular, como escreve Fry. O livro *Orfeu e o Poder*, de Michael Hanchard (2001 – data da edição brasileira) abrange o movimento negro no Rio e São Paulo no período de 1945 a 1988 e não de 1945 a 1968, como aparece na página 169. O nome da médica integrante da ONG “Criola” – e esta é a grafia correta do nome dessa organização – é Jurema Werneck e não Jurema Batista, conforme o que foi citado no capítulo nove. Jurema Batista é educadora com formação em Letras e atualmente deputada estadual pelo Partido dos Trabalhadores do Rio de Janeiro. Ambas são ativistas do Movimento Negro. E, finalmente, as leis nº 3.524/2000 e nº 3.708/2001, respectivamente, lei de reserva de vagas para egressos de escolas públicas e lei de cotas para negros e pardos nas universidades fluminenses entraram em vigor no vestibular de 2003 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e não no vestibular de 2002, como consta na página 325. De qualquer forma, tais lapsos de revisão não comprometem o excelente resultado desse trabalho.

Em resumo, *A Persistência da Raça* pode ser considerado um excelente livro, cujos ensaios são, sem dúvida, importantes exemplos de descrição e análise antropológica de autoria de alguém que tem muito a dizer sobre o tema. Alguns desses ensaios já são referências bibliográficas obrigatórias e, certamente, o seu conjunto, após o lançamento do livro, não tardará a se tornar referência, não somente para especialistas, mas para o público interessado em refletir sobre a sociedade brasileira. Afinal, segundo as palavras do próprio autor, “(...) este é um livro sobre *relações* raciais, que afetam todos nós, independentemente da nossa aparência” (:17).

Elielma Ayres Machado é doutora em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professora da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).